

O LUGAR DA PSICOLOGIA NA SOCIOLOGIA DE DURKHEIM

Resumo

Émile Durkheim, fundador da Escola Francesa de Sociologia, defendia a desvinculação da Sociologia de todas as correntes filosóficas, psicológicas, ideológicas e do senso comum. No estudo da vida social, uma das preocupações do autor residia na tentativa de aplicar um método dotado de cientificidade, que colocaria, assim, a Sociologia no campo das ciências empíricas e objetivas, distinta de qualquer outra já existente. Para tanto, Émile Durkheim vai centralizar seus esforços na discussão com as ciências que buscavam formas de compreensão, tomando como ponto de partida o homem, e o aplicando ao conhecimento do reino social. Tais ciências buscavam a parte para compreender o todo, e para tanto, usavam a Psicologia, por exemplo, para analisar o homem enquanto membro da sociedade.

Para superar o discurso de que o particular explicava o universal, era necessário que a Sociologia estabelecesse fundamentos que dotassem de realidade os fenômenos sociais. E foi justamente isso que Durkheim buscou, estabelecendo assim a Sociologia enquanto uma ciência autônoma e distinta, e não como anexo de qualquer outra ciência.

Palavras-Chaves: Émile Durkheim; Sociologia; Representações Individuais; Representações Coletivas

Abstract

Emile Durkheim, founder of the French school of Sociology, defeated the unattachment of all the sociology currents: philosophical, psychological, ideological and of the status quo. One of the issues that matters to the author on a study of the social life is the strive to apply a method which had a scientific approach what would place Sociology in the empirical and exact sciences and make it independent of any other science. In order to achieve that, Emile will focus his efforts in the discussion with the sciences that aimed ways of understanding that take the man as the starting point and set him to the social domain. Those sciences used to take the part in order to understand the whole, taking Psychology, for example, to analyze the man as a member of society.

In order to overcome the speech which says that: the particular explained the universal, it was necessary that Sociology could establish the principles that could give reality to social manifestation establishing, this way, Sociology as an autonomous and distinct science and not as a part of other science.

Key-words: Émile Durkheim; Sociology; Individual Representations; Collective representations

ÉMILE DURKHEIM E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CIÊNCIA

Émile Durkheim, fundador da Escola Francesa de Sociologia, nasceu em Épinal, no departamento francês dos Vosges, em 15 de abril de 1858 e morreu em 15 de novembro de 1917, em Paris. Ele foi formado em Filosofia, estudou também Ciências Sociais e recebeu influências de idéias iluministas.

Durkheim, também considerado líder do realismo sociológico, se esforçou muito para transformar a Sociologia em uma ciência objetiva, análoga às ciências da natureza. E foi em busca de tal propósito que ele tentou construir os principais pressupostos para chegar a esse objetivo.

Partindo da análise de que o social é uma realidade *sui generis*, com vida e características singulares e, nesse sentido, apenas explicado por ele próprio, pois, é neste social que surge e se desenvolve, é que Durkheim vai apresentar o seu método para estudar os fatos sociais. Nesse sentido, ele busca em seu livro “As Regras do Método Sociológico”, escrito no ano de 1895, uma das suas principais obras, desenvolver seu pensamento propondo o método da Sociologia para estudar o social.

Diferente de outros estudiosos¹ que buscavam em outras ciências explicações para os fatos sociais, Durkheim vai tratar essas questões dentro do próprio social:

“Pouco se preocuparam até hoje os sociólogos em caracterizar e definir o método que aplicam aos estudos dos fatos sociais. É assim que, em toda a obra de Spencer, o problema metodológico não ocupa nenhum lugar pois a *Introduction à la science sociale*, cujo título podia dar essa ilusão, está consagrada à demonstração das dificuldades e da possibilidade da Sociologia, e não a exposição dos processos de que ela se deve servir.” (DURKHEIM, 1982, p.XXXV)

Foi estabelecendo um método que fosse próprio dessa nova vertente do conhecimento que Durkheim tentou colocar a Sociologia no rol das ciências empíricas e objetivas. Para tanto, ele buscou no livro “As Regras do Método Sociológico” situar as regras para se estudar os fatos sociais e as principais, resumidamente, são as seguintes:

1ª) Deve o pesquisador observar os fatos sociais como coisas e, nesse caso, como coisas sociais. Ou seja, é preciso adotar uma atitude mental, observando o fato de fora para dentro.

Para Durkheim o fato social é um fenômeno coletivo, nesse sentido, ele seria o resultado da vida comum. O autor propõe isolar esses fatos que, para ele, possui uma realidade objetiva e portanto, são passíveis de observação externa. Foi conduzindo o seu pensamento por essa vertente que Durkheim considerou que o conhecimento dos fatos sociológicos devem vir de “fora”, da observação empírica:

“Mas sabia Durkheim que, para a Sociologia tornar-se ciência empírica, não lhe bastaria dar um método científico, pois era necessário considerar o ‘social’ de forma objetiva. Daí insistir sobre a necessidade de se considerar o ‘fato social’ como ‘coisa’, afastado de qualquer teleologismo:

¹ O estudioso francês Jean Gabriel Tarde (1843/1904), por exemplo, defendia a tese de que o social era formado por processos psíquicos, sendo portanto, a Psicologia sua grande aliada na busca do entendimento do que vinha a ser a relação entre indivíduos convivendo em sociedade.

considerer lês faits sociaux comme dês choses, eis o postulado fundamental da Sociologia como ciência empírica segundo Durkheim.” (GUSMÃO, 1972, p.70)

Durkheim acredita que para a validade da explicação do fato social é necessário ao observador estar acima de todos os sentimentos, emoções e juízos de valor.

2ª) Afastar-se de todas as pré-noções.

Segundo Durkheim era necessário trabalhar o fato social em si, afastando todas as idéias pré-estabelecidas acerca do fenômeno a ser investigado.

3ª) Definir claramente as coisas de que se quer tratar;

4ª) Estudar os fatos sociais através de suas formas nas quais se apresentam, isolados de suas manifestações individuais. Ou seja, é preciso considerar os fatos sociais em seus aspectos mais gerais e comuns, não em suas formas individuais;

5ª) Entender que um fato social é normal para um determinado tipo social, considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando ele se produz na média das sociedades dessa espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução;

6ª) Mostrar que a generalidade do fenômeno se deve às condições gerais da vida coletiva, no tipo social considerado;

7ª) Fazer a verificação quando esse fato se relaciona a uma espécie social que ainda não consumou a sua evolução integral.

8ª) Pesquisar separadamente a causa eficiente que o produz e a função social que ele cumpre;

9ª) A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes e não entre os estados das consciências individuais;

10ª) A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social (volume + densidade: número de indivíduos e intensidade das interações entre eles)²

De forma, repetimos, bastante resumida, esses foram os princípios básicos estabelecidos pelo método sociológico que tornou possível o surgimento da Sociologia enquanto ciência. Foi tratando o fato social independente de toda filosofia, tratando-o com objetividade e como coisas sociais que Durkheim em “As Regras do Método Sociológico” proporcionou o primeiro método estritamente sociológico para a busca da explicação dos fenômenos sociais.

² Os pontos expostos foram extraídos de material distribuído em sala durante aula realizada no dia 21/05/2005. Oportunidade em que o professor Lemuel Guerra, discutia o livro “As Regras do Método Sociológico” de Émile Durkheim.

Observamos com bastante clareza que a proposta de Durkheim defendia a desvinculação da Sociologia de todas as correntes filosóficas, psicológicas, ideológicas e do senso comum. No estudo da vida social, uma das preocupações de Durkheim, como percebemos, foi aplicar um método dotado de cientificidade que superasse as deficiências do senso comum. Esse método serviria de base para que cientistas sociais pudessem investigar possíveis relações de causa, efeito e regularidades com vistas à descoberta de leis e até de regras de ação para o futuro, observando fenômenos previamente e rigorosamente definidos.

A RELAÇÃO ENTRE SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA EM DURKHEIM

Buscando a reflexão de uma Sociologia imposta no campo das ciências positivas e suas possibilidades no plano epistemológico, a Escola Sociológica Francesa, criada pelo teórico Émile Durkheim, vai centralizar seus esforços na discussão com as ciências que buscavam formas de compreensão³, tomando como ponto de partida o homem e o aplicando ao conhecimento do reino social. Tais ciências buscavam a parte para compreender o todo, e para tanto, usavam a Psicologia, por exemplo, para analisar o homem como membro da sociedade.

Para superar o discurso filosófico de que o particular explicava o universal, era necessário que a Sociologia estabelecesse fundamentos que dotassem de realidade os fenômenos sociais. Era preciso que a vida coletiva fosse caracterizada por uma realidade particular e independente.

Assim, foi delineando esse trajeto que Durkheim observou que o fenômeno social possuía características que o respaldava na condição de um acontecimento distinto de outros. O caso, por exemplo, dos fatos sociais serem exteriores e anteriores as consciências individuais, além de exercerem sobre o indivíduo uma coerção, coloca esses fenômenos como uma força independente do homem enquanto ser individual. Nessa perspectiva, Durkheim tratou de colocar a sociedade como ponto de partida, historicamente anterior e superior ao indivíduo, para se explicar o social.

Com efeito, para Durkheim, a garantia de uma sociedade harmônica, repousa na existência de algo que é comum a todos os indivíduos, por exemplo, uma linguagem, um sistema de crenças, leis etc. Ou seja, são essas condições comuns e impostas a todos os indivíduos que garantem a manutenção da sociedade e fazem com que eles possam conviver harmoniosamente. O indivíduo, em Durkheim, passa, então, a depender da sociedade da qual absorve valores morais que conduzem sua convivência nesse universo social.

É assim que Durkheim elege a sociedade como princípio e fio condutor para a compreensão do indivíduo enquanto ser social. Com ele, os fatos sociais não irão mais ser explicados com base em fatos psíquicos

³ Durkheim vai discutir por exemplo com a Filosofia que adota um método dedutivo de conhecimento, que tenta explicar a sociedade a partir do estudo da natureza humana. Ou seja, para os filósofos uma via de entendimento da sociedade se daria a partir do conhecimento da natureza do indivíduo. Para Durkheim, estas percepções não tinham validade científica, pois eram crenças fundamentadas em concepções de caráter individual, que partiam de dentro para fora, ou seja, valiam-se da parte para entender o todo. Durkheim acreditava que o conhecimento dos fatos sociológicos deveriam vir de fora para dentro. Da mesma forma a Psicologia era percebida por Durkheim, pois, consistia numa ciência que buscava no homem a explicação para a vida em sociedade.

individuais, a relação entre eles passa a ser buscada apenas enquanto analogia. Em Durkheim, a compreensão do fato social, assim como do indivíduo social, só pode ser possível via sociedade. O homem tomado enquanto unidade, afastado das relações sociais, para Durkheim, passa a ser uma abstração e seu estudo uma tarefa da Psicologia.

A partir do momento em que Durkheim atribui a supremacia da sociedade sobre o indivíduo ele parece retirar do indivíduo o seu poder de ação diante do social. Sendo assim, sua teoria evidencia a capacidade de coerção da sociedade e a sujeição do indivíduo a esta. Todos os valores morais do sujeito, os quais, para os filósofos e moralistas, tinham por fonte a consciência individual, a partir de então, passam a serem constituídos e instituídos pela sociedade. Ou seja, trata-se agora de mostrar que o homem também se caracteriza por uma dualidade, de um lado, o ser individual, e de outro, o ser coletivo.

Com efeito, para o autor, a sociedade não existiria sem as consciências particulares, mas essa condição não é suficiente, estas consciências precisam estar associadas, combinadas de certa maneira que resulte na vida social.

Nesse sentido, de acordo com Durkheim, podemos recortar dois tipos de consciência, uma individual e outra coletiva. A primeira diz respeito ao que é particular de cada indivíduo, a outra está relacionada à sociedade, ao grupo ou aos grupos ao qual fazemos parte:

“Segundo o autor [E. Durkheim], possuímos duas consciências: ‘Uma é comum com todo o nosso grupo e, por conseguinte, não representa a nós mesmos, mas a sociedade agindo e vivendo em nós. A outra, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, nisso é que faz de nós um indivíduo.’ Em outras palavras, existem em nós dois seres: um individual, ‘constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal’, e outro que revela em nós a mais alta realidade, ‘um sistema de idéias, sentimentos e de hábitos que exprimem em nós (...) o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as opiniões coletivas de toda espécie. Seu conjunto forma o ser social.” (QUINTANEIRO, 2003, p.77)

Essa distinção entre as consciências apresentada por Durkheim é peça chave para o que, no futuro, veio a ser a base para a construção do conceito de representações individuais e coletivas.

A hipótese de que cada indivíduo possui duas consciências foi tratada por Durkheim no livro “As Regras do Método Sociológico”, no qual, contrapondo-se às idéias de Comte e Spencer, ele critica as visões psicológicas dos fenômenos sociais. É a consciência coletiva que, segundo Durkheim, produz um mundo de sentimentos, idéias e imagens que independem da maneira pela qual cada indivíduo em particular venha a manifestá-la, porque ela tem uma realidade própria e de outra natureza.

“Por consciência coletiva entende-se a soma de crenças e sentimentos comuns e sentimentos comuns a média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações. A consciência coletiva envolve quase

que completamente a mentalidade e a moralidade do indivíduo: o 'homem primitivo' pensa, sente e age conforme determina ou prescreve o grupo a que pertence." (LAKATOS, 1990, p.45)

Por este motivo, para Durkheim, os processos coletivos se impõem aos indivíduos que, por sua vez, são obrigados a se posicionar em torno de algo que já foi imposto pelo grupo e possui um caráter que se apresenta mais forte que cada um deles. Essa foi a discussão travada por Durkheim com a Psicofisiologia, por exemplo, vertente que reduzia a consciência individual a um epifenômeno da vida física e a memória a um fato orgânico.

Tomado esse caminho, Durkheim assumiu a tarefa de construir o conceito de representações individuais e coletivas. Ele se esforçou para que as especificidades dessas representações ultrapassassem o substrato orgânico que lhes dá origem, formando, assim, uma natureza distinta e tornando-se, dessa forma, causas de outros fenômenos mentais. O fenômeno das representações é tomado como essência das consciências individuais e coletivas e se distinguem por características particulares:

"A distinção fundamental é que as representações individuais têm como substrato, de um lado, o indivíduo, embora não se reduzam a um fato orgânico – são fatos de outra natureza é psíquica, o que não significa que eles não sejam tão reais quanto os fatos materiais – e, de outro lado, as representações coletivas, os indivíduos associados é que é a sociedade." (SENA, 1984, p.156)

As representações coletivas partem dos indivíduos associados mas não dependem deles, assim como não pode existir sem eles e também não deixam de existir quando esses mesmos indivíduos cessam. A vida coletiva, afirmava Durkheim (s.d), tal como a vida mental do indivíduo, é feita de representações, que não dependem do estado dos centros nervosos, portanto, são realidades que, apesar de terem uma íntima relação com o seu substrato, são, até certa medida, independentes deste. Dessa forma, Durkheim mostra que a consciência não se apresenta como um epifenômeno da vida física, da mesma forma que as representações coletivas não são epifenômenos das representações individuais:

"Se as representações, uma vez que existem, continuarem a existir por si mesmas, sem que essa mesma existência dependa constantemente do estado dos centros nervosos, se tais representações forem suscetíveis de agirem diretamente umas sobre as outras, de se combinarem segundo leis que lhes são próprias, é porque elas são realidades que, mantendo embora relações íntimas com o seu substrato, são todavia independentes, em certa medida, desse mesmo substrato." (DURKHEIM, s.d., p.195)

As representações coletivas que se estabelecem como trama da vida social, têm origem nas relações que se formam entre os estados de consciência dos indivíduos assim combinados ou entre grupos. Pode-se dizer que as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais porque derivam da cooperação desses indivíduos. E essa foi a maneira encontrada por Durkheim de livrar-se da psicologia epifenomenista, admitindo que esses fenômenos são capazes de persistir na qualidade de representações.

As representações individuais associadas, combinadas, acredita ele, se transformam em outra coisa que é maior e mais forte do que a união das individualidades, ou seja, ultrapassa a soma do que é próprio de cada indivíduo. A espiritualidade, que marca a vida representativa do indivíduo, se desdobra quando da síntese das representações coletivas numa “hiperespiritualidade” maior que a pura soma das individualidades. Uma vez que essa síntese torna-se obra do conjunto, seu resultado tende a ultrapassar cada espírito individual. São as representações coletivas que pensam e sentem, embora não possam querer nem sentir senão por intermédio das consciências particulares. É também nesse sentido que, para Durkheim, o fenômeno social não depende do indivíduo, pois, as consciências individuais ao se associarem perdem suas características particulares e passam a constituir uma força *sui generis* que essa associação desenvolve.

“Eis o motivo pelo qual o fenômeno social não depende da natureza dos indivíduos. É que, na fusão de que ele resulta, todas os caracteres individuais, divergentes por definição, se neutralizam e se dissipam mutuamente. Só as propriedades mais genéricas da natureza humana sobrevivem. Devido precisamente à sua extrema generalidade, é que elas nunca poderiam justificar as formas muito especiais e complexas que caracterizam os fatos coletivos. Não é que elas nada tenham a ver com o resultado; mas isso apenas se verifica em condições mediatas e longínquas. O resultado não se produziria se elas o excluíssem; mas não são elas que determinam esse mesmo resultado.” (DURKHEIM, s.d., p.198)

Isso é bastante significativo em Durkheim, pois, uma vez que somos colocados como sendo reflexo de uma série de idéias e de ações advindas dos mais variados desdobramentos sociais, percebemos que somos construídos socialmente e individualmente também. Para Durkheim são as representações coletivas que constroem a vida social. O modo particular de perceber o mundo, assim como o ato de classificar e ordenar as coisas são modelos fornecidos pela sociedade, ou seja, modelos que foram construídos socialmente. Nessa perspectiva, percebemos a sociedade como a base da construção da vida social e as representações, que constituem a trama dessa vida, como oriundos da relação desses indivíduos combinados. Esse é um dos focos da metodologia durkheiminiana no estudo das relações sociais.

A partir dessa percepção de que somos uma construção social, compreendemos, de acordo com Durkheim, que os fatos sociais possuem uma relação de independência e exterioridade aos indivíduos. Essa relação, afirmava ele (s.d.), é imediatamente mais aparente que a dos fatos mentais com relação às células cerebrais, responsáveis pelos fenômenos psíquicos, pois os primeiros, ou seja, os fatos sociais, trazem de maneira visível a marca de sua origem.

“Se, com efeito, talvez possamos contestar que todos os fenômenos sociais, sem exceção, se impõem ao indivíduo do exterior, a dúvida não se afigura possível no que diz respeito às crenças e práticas religiosas, às regras da moral, aos inúmeros preceitos do direito, isto é, no que se refere às manifestações mais características da vida coletiva. Todas elas são expressamente obrigatórias. Ora a obrigação é a prova de que essas formas de agir e de pensar não são obra do indivíduo, mas emanam de uma potência moral que o ultrapassa, quer o imaginemos misticamente sob a forma de um deus, quer dela façamos uma concepção mais temporal e mais científica. A mesma lei encontra-se portanto, em ambos os domínios.” (DURKHEIM, s.d., p.197)

E porque as representações coletivas seriam exteriores às consciências individuais? Durkheim vai afirmar que essas representações se formam a partir do momento em que os sentimentos privados se combinam, sob a ação de forças *sui generis* derivadas da associação dos indivíduos. A integração de várias consciências individuais vai resultar em algo que é composto pela síntese do todo, que tem a força de ultrapassar a parte, ou seja, o indivíduo. É assim que percebemos o porquê dela ser composta pela reunião das partes. A partir de então, as partes não possuem mais poder sobre ela.

É em decorrência deste fato que para Durkheim os fenômenos sociais não dependem da natureza individual. Ambos, os fenômenos sociais e individuais, possuem leis próprias. Dessa forma, ele rompe com a Psicologia, definindo a Sociologia como um campo específico, o social, como realidade de natureza diversa da do indivíduo, não constituído apenas pela soma deles, mas pela sua associação. É tomando as representações como exteriores às consciências individuais, que emergem deste ambiente social, que Durkheim as considera como realidades estritamente sociológicas, tendo um caráter autônomo e, portanto, devendo ser tratadas teórica e metodologicamente a partir de instrumentos da Sociologia e não mais da Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Durkheim se distingue, dentre outros aspectos, por proporcionar um movimento conceitual que se caracteriza pela passagem da consciência individual para as representações coletivas que é determinante na sua análise sociológica. A ênfase dada ao mundo social, se move da descrição das formas sociais, mecanismo utilizado para explicar os fatos sociais, até a valorização do simbolismo coletivo, que passa a figurar como princípio fundante da realidade social. O autor se debruça em explicar a origem da coexistência, no mesmo sujeito, de seres de atitudes diversas. E é na busca de superar as formas de se perceber os psiquismos individuais que ele revela, através de sua origem na sociedade, aquilo que, para ele, é a natureza do ser social. Durkheim associa as oposições encontradas nos fatos de natureza individual (psicológica) e coletiva (sociológica) e circunscreve novas posições para as funções psíquicas e sociais.

Para o autor, os estados mentais que são gerados no processo de socialização, encarnam-se em idéias coletivas que penetram às consciências individuais permitindo sua difusão no meio social. O estudo durkheimiano, apresenta aspectos que fundamentam a afirmação de que o indivíduo possui uma concepção particular a cada ser, ou seja, todo indivíduo em particular constrói idéias próprias, reservadas a cada ser unitário; e outra que garante a convivência desse ser unitário em sociedade; essas noções são decisivas para compreensão de sua Sociologia. Desta feita, deve se ter em mente não apenas a noção de Durkheim de sociedade, mas também a de indivíduo para compreender de modo mais amplo os seus principais conceitos. Além disso, as diversas interpretações da Sociologia de Durkheim dependem do entendimento de como se dá a relação entre a sociedade e os indivíduos dentro de sua teoria.

Durkheim viveu em um período de mudanças tecnológicas, econômicas, educacionais e políticas. Portanto, várias questões sociais permearam o seu tempo, o que o levou a acreditar em um estudo da sociedade que pudesse estender o racionalismo científico à conduta humana. Nesse sentido, a Sociologia deveria buscar

canais, apoiados em um conhecimento científico, que oferecesse a compreensão de fenômenos sociais, a qual, aplicada à sociedade, fornecesse caminhos racionais para a mudança. Foi nessa perspectiva que Durkheim direcionou os seus esforços para o estabelecimento de uma ciência onde o social pudesse ser observado de forma emancipada e dotado de realidade.

Para constituir uma Sociologia realmente científica, o primeiro passo dado pelo estudioso francês, como vimos, foi definir claramente o objeto dessa nascente ciência e lhe dar fundamento. A partir de então, os fatos sociais passaram a ocupar o cerne de suas idéias apoiados em conceitos, métodos e teorias que lhe conferiam fundamento.

O fenômeno das representações possui um papel de relevante importância no estabelecimento dos fatos sociais em sua Sociologia. Foi partindo do pressuposto de que o indivíduo é um ser de natureza dúbia, uma que diz respeito ao particular de cada indivíduo, e outra ligada a forças universais, que ele conseguiu estabelecer fronteiras entre o que é individual e o que é coletivo, ou seja, o que diz respeito ao psicológico e ao que é social. A esse respeito observa SENA (1984):

“O fenômeno das representações possui uma característica ímpar em relação aos outros fatos sociais: ele é uma manifestação da vida psíquica desse sujeito coletivo que é a sociedade e, assim, campo privilegiado de observação da forma como a sociologia empírica executa o movimento que desloca do ponto de partida do conhecimento do homem e do indivíduo para a sociedade. Todas as sugestões que a sociologia pode oferecer à filosofia em sua reflexão sobre as condições do conhecimento se originaram na investigação sociológica das representações.” (SENA, 1984, p.136)

Assim sendo, percebemos o fenômeno das representações como ponto fundamental para se compreender o lugar que Durkheim reserva para o que tem relação com o social e com o psicológico. Essa reflexão sobre os limites e possibilidades de uma ciência estabelecida em um universo estritamente social, dentro de um plano epistemológico, foi uma, senão a maior, contribuição da Escola Sociológica Francesa. Foi buscando uma discussão principalmente com a Psicologia e com a Filosofia, campos do conhecimento nos quais a reflexão sobre o homem despendia todos os seus esforços, que Durkheim concentrou o seu trabalho, na busca de romper com tais pensamentos e afirmar um conhecimento realmente objetivo do universo social. Nesse sentido, ele se destinou a mostrar que os fenômenos sociais tinham a mesma realidade que os fenômenos materiais, porém, constituídos de uma natureza diferenciada.

Durkheim sublinhou um aspecto de sua obra que é a chave para a compreensão da origem de uma dualidade da natureza humana, expressa na imagem do homem como ser dividido entre individual e coletivo. Para ele, existem características que definem os limites destes dois mundos que estão entrelaçados. De um lado, como aspectos da base orgânica, constituindo um foro estritamente individual, estão as sensações e os apetites particulares; de outro estão as atividades do espírito, como o seu modo de ver e perceber o mundo além de sua conduta moral, que são formadas por características universais. Essa forma de perceber o homem que comporta um ser com um duplo centro de gravidade, vai estabelecer na Sociologia um campo específico dedicado ao estudo do que está ligado à coletividade. Foi mostrando que o ser humano possui esta condição que Durkheim viabilizou a sua metodologia para compreender o social.

Foi tratando do fenômeno das representações dessa forma que Durkheim separou, em seu estudo da Sociologia, os fenômenos individuais dos sociais. Ou, precisando melhor, foi acreditando que a sociedade é uma fonte da humanidade do ser, que ele mostrou que a vida coletiva faz do indivíduo uma personalidade com destinação social, diferente do ser particular, individual, visto pela Psicologia, que, a partir de então, para ele, passou a ser inviável para o estudo do social. O indivíduo, em Durkheim, passa a ser uma abstração que se constrói no meio social.

Para compreender as representações coletivas é necessário perceber que elas são o resultado do substrato dos indivíduos associados. Para Durkheim, todas as idéias e categorias do pensamento têm origem no social, pois são frutos da consciência coletiva, e todos os fatos sociais, por sua vez, são considerados representações dessa consciência coletiva, são as representações coletivas. Ou seja, do mesmo modo que o conceito de sociedade de Durkheim repousa sobre a noção de síntese, pois, afirma ele (s.d., p.196), a sociedade é a síntese gerada pela associação dos indivíduos, podemos pensar que as representações coletivas representam a síntese das consciências individuais associadas. As representações coletivas remetem à natureza supra-individual do homem, exprimem o ideal coletivo são, portanto, impessoais e estáveis.

Foi pensando dessa forma que Durkheim conseguiu impor uma autoridade e estabelecer limites para que o social pudesse ser colocado em um campo específico, dotado de método e teoria próprios. A Durkheim cabe ainda o mérito de, ao menos, tentar afastar do social, explicações extraídas de fenômenos estudados a partir de processos psíquicos. Durkheim viu na sociedade e no indivíduo características básicas que os diferenciam e portanto, os colocam em universos distintos.

Nesse sentido, percebemos que os conceitos de representações individuais e coletivas nascem, em Durkheim, como uma tentativa de distinguir o estudo das representações individuais, como sendo do domínio da Psicologia, e o estudo das representações coletivas, que se dá no domínio da Sociologia. Para Durkheim as representações coletivas não poderiam ser reduzidas as representações individuais, pois, como vimos, ele considera que os fatos sociais se impõem ao indivíduo, logo, os modos de agir particulares, o sentir e o pensar são considerados manifestações que são provocadas pela consciência coletiva, em sua ação sobre os indivíduos.

Dessa forma, percebemos que, para Durkheim, o procedimento mais epistemologicamente adequado para a Sociologia se dá por meio da experiência coletiva, categoria que abrange a totalidade e possui uma natureza diferente das experiências individuais, isoladas, percebidas em cada indivíduo unitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. 10 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

_____. Sociologia, Pragmatismo e Filosofia. Porto, Portugal: Rés Editora Lda, s.d.

_____. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Teorias Sociológicas. 3 ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 6 ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 1990.

QUINTANEIRO, Tânia, et alli. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SENA, Custódia Selma, Durkheim e o estudo das representações. In Anuário Antropológico – 82. Edições UFC – Tempo Brasileiro. Fortaleza – Rio de Janeiro – 1984.

8. Referências

[1] BORTOLI, Ildo Antônio. A Contabilidade e a Mensuração do Capital Intelectual: Desafios e Perspectivas. Universidade Católica de Brasília – UCB
<http://www.ucb.br/contabeis/Traba_Final/2_2001/Ildo/Monografia Cien. Contab. Versão Final.doc> acesso em 03/11/2003

[] CAIXETA, Nely. Onde está o dinheiro?. Exame, São Paulo, edição 805, 05 de novembro de 2003.

[] CASSIOLATO, José E.; SZAPIRO, Marina. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil 2002.

[2] Curso Gestão do Conhecimento da Fundação Getúlio Vargas-SP, <http://www.fgvsp.br/conhecimento/GESTAO_DO_CONHECIMENTO.cfm> acesso em 01/11/2003

[3] DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial: Como as organizações gerenciam o seu capital intelectual, Rio de Janeiro: Campus, 1998.

[4] DI AGUSTINI, Anapátricia M. V. Organização Virtual - um novo paradigma organizacional para o século XXI
<<http://www.revista.unicamp.br/infotec/artigos/anapatr.html>> acesso em 01/11/2003

[5] DRUCKER, Peter. Inovacao e Espirito Empreendedor, Pioneira, 1999.

[6] FILION, L.J. Boa Idéia e Agora?. Cultura Ed. 2000

[7] GUIMARÃES, Pedro Wilson. Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Local 2003.

[8] KING, J. B. Business Plans to Business Games, Epic, 1999

[9] KURATO, F. D. and HODGETS, R. M. Entrepreneurship: A contemporary approach, Dryden, 1999

[] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/analisederesultados.shtm>> acesso em 01/11/2003

[10] LASTRES, H. M. M., ALBAGLI, S. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Ed. Campus, 1999.

[11] Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal
<<http://www.iie.min-edu.pt/rec/livro-verde/capitulo3.htm>> acesso em 01/11/2003

[12] MARINHO, Bernadete de L., ESTANQUEIRO, Paulo R. Gestão do Conhecimento: Construindo uma Vantagem Competitiva Sustentável
<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/4semead/artigos/Adm_geral/Marinho_e_Estanqueiro.PDF> acesso em 01/11/2003

[13] MARTINEZ, Luiz. Empresas con base tecnológica. s.d.t. (Artigo)

[14] PESSOA, Marcelo S. de P. Software: Obra de Arte ou Produto Manufaturado?
<<http://www.vanzolini.org.br/publica/boletim48/48pg5.pdf>> acesso em 01/11/2003

[] PROCHNIK, Victor; HAGUENAUER, Lia. Cadeias Produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste brasileiro. Recife: XIV Congresso Brasileiro de Economistas, 2001.

[] ROGERS, Adam. A New Brand of Tech Cities. Newsweek, New York, USA: April, 30, 2001.

[15] TEIXEIRA FILHO, Jayme. Recursos Humanos na Gestão do Conhecimento
<<http://www.informal.com.br/insight/insight13.html>> acesso em 01/11/2003

[16] TERRA, José C. C. Gestão do Conhecimento - O grande desafio empresarial, São Paulo: Negócio Editora, 1ª Ed., 2000.